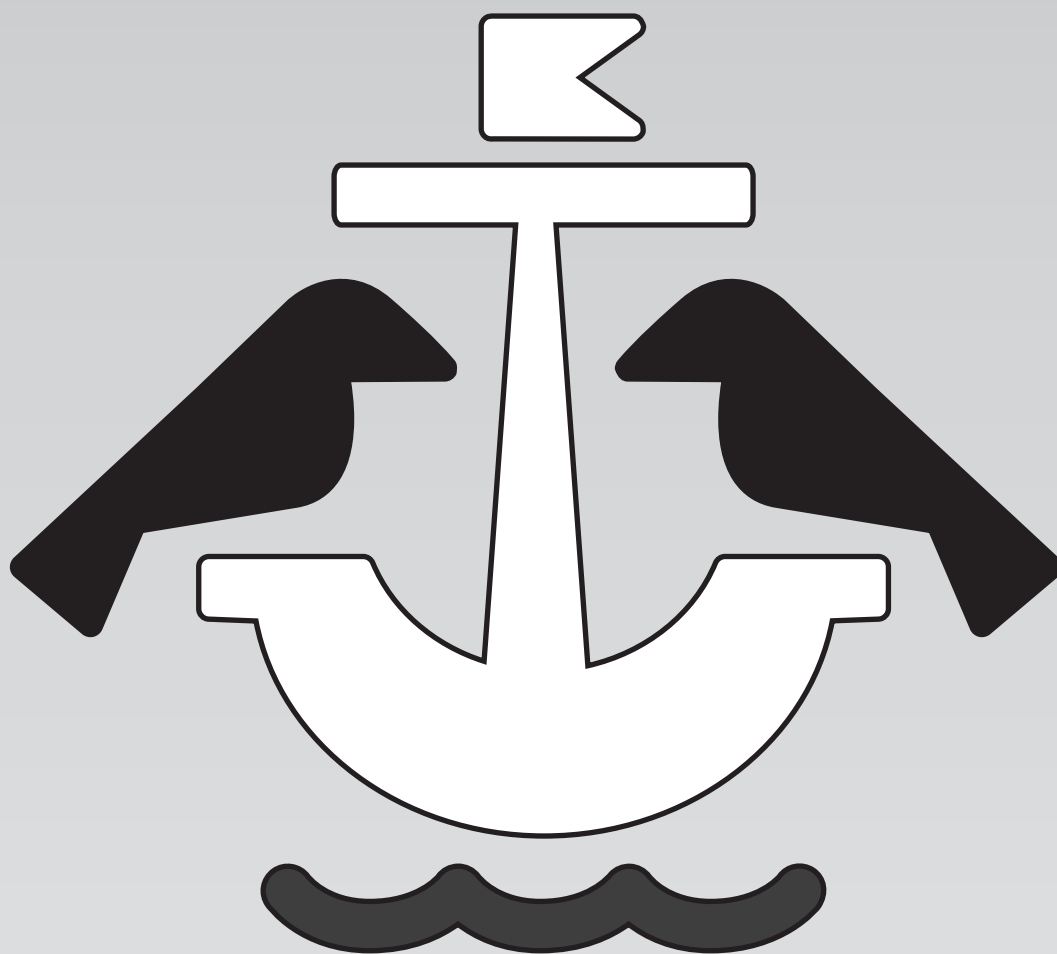




Câmara Municipal de Lisboa



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

2012

ÍNDICE

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado	4
Balanço Consolidado.....	29
Demonstração de Resultados Consolidada.....	32
Fluxos de Caixa Consolidados	34
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados	36

**RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO**

Relatório de Gestão Consolidado

A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a consolidar de forma simplificada as suas contas como forma de transmitir uma noção do grupo municipal. Apesar das Empresas Municipais aplicarem um plano de contas diverso do utilizado pelo Município de Lisboa, respetivamente o Sistema de Normalização Contabilística e o POCAL , é verdade que não se levantavam dificuldades inultrapassáveis para a devida consolidação das relações financeiras entre a CML e as Empresas Municipais, retirando algumas diferenças no tratamento das amortizações e provisões.

O exercício de consolidação em 2012 à semelhança do exercício de 2011, foi produto da:

1. Aplicação do SNC nas Empresas Municipais;
2. Obrigatoriedade de consolidação, segundo quesitos pouco esclarecidos e esclarecedores, ao abrigo da orientação nº 1/2010, aprovada pela **Portaria 474/2010** de 15 de Junho.

Para o efeito foram analisadas as contas das Empresas Municipais tendo duas linhas orientadoras:

1. A harmonização valorativa apenas parcialmente seria atingida;
2. A criação de um mapa de fluxos de caixa consolidado e um anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas, adaptando instruções publicadas pelo SATAPOCAL em 28 de Abril de 2011.

Para uma análise mais circunstanciada das demonstrações financeiras incluídas na consolidação, tecem-se algumas considerações às entidades incluídas na consolidação¹.

¹ As considerações relativas a cada uma das Empresas Municipais, baseiam-se nos respetivos Relatório de Gestão e Contas de 2012, não refletindo as reservas constantes nas respetivas Certificações Legais de Contas de 2012.

Município de Lisboa

Nas relações financeiras entre a Câmara Municipal de Lisboa e as empresas municipais, temos a destacar não só os contratos programa celebrados com a EGEAC, a Gebalis e a SRU, mas também o impacto da situação financeira grave da EPUL, a qual implicou a ação da Câmara Municipal de Lisboa na resolução da declaração de incumprimento, apresentada pelo DEXIA e BNG, com os quais a empresa tem um empréstimo mútuo, celebrado em dezembro de 2004. É também aqui reportado o impacto dos resultados líquidos das diferentes empresas municipais no endividamento líquido e no nível de empréstimos de médio e longo prazo do Município.

O Município transferiu para as empresas municipais um total de 36,4 milhões de euros.

Do montante transferido relevam-se as seguintes afetações de 3,4 milhões de euros (9,4%) à execução de contratos programa de investimento vigentes e de 9,4 milhões de euros (25,8%) à satisfação de contratos-programa à exploração celebrados.

Quanto à solução da declaração de incumprimento da EPUL, supra referido, com vista ao levantamento daquela declaração gravosa para a confiança, a credibilidade e a reputação, quer da empresa, quer do município e do País, após negociação com os Bancos de pagamento de metade do capital em dívida (22,5 milhões de euros, adicionado dos juros vencidos até à data, foram ainda canalizados 23,5 milhões de euros (64,8% dos montantes transferidos para as empresas municipais, em 2012) para a EPUL por antecipação de potenciais prejuízos e reescalonamento do restante após a dissolução da empresa, cujo processo de decisão se encontrava em curso.

Por outro lado, a Câmara Municipal manteve os níveis de endividamento dentro dos limites legais vigentes, com melhoria significativa da margem anual de endividamento líquido que se fixou nos 0% contra os 58,9% de 2011, e uma quebra efetiva do endividamento relevante de 346,8 milhões de euros. No plano do endividamento de médio e longo prazo, a taxa de utilização do limite legal fixou-se nos 49,7%, por contraponto com os 64,2% registados em 2011, com uma quebra efetiva do stock da dívida de 83,6 milhões de euros.

Com exceção da EPUL todas as restantes empresas municipais fecharam o ano de 2012 com resultados líquidos antes de impostos positivos, cumprindo o princípio do equilíbrio das contas instituído no artigo 40.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELP), aprovado pela Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Assim, apenas os valores do endividamento líquido e do empréstimo de médio e longo prazo da EPUL, agravarão aqueles indicadores municipais.

A EPUL, à data de 31 de dezembro de 2012, apresentou um resultado anual de -3,4 milhões de euros, consubstanciando a obrigatoriedade do Município proceder a uma transferência para a cobertura deste prejuízo e a consolidação, nos termos do artigo 41º, nº 1 da Lei 50/21012, de 31 de agosto, dos níveis de endividamento líquido e de médio e longo prazo, com o valor de 123,8 milhões de euros e 22,5 milhões de euros, respetivamente.

Após consolidação com as empresas, a taxa de utilização da margem de endividamento líquido legal foi de 30,4% com uma margem remanescente de 223,0 milhões de euros; a taxa de utilização da capacidade de endividamento de médio e longo prazo ficou nos 58,2% com uma margem remanescente de 110,8 milhões de euros.

O RJAELPL integra (artigo 62º) os critérios para a dissolução obrigatória das empresas assim como a previsão da obrigatoriedade de revisão dos respetivos estatutos para a respetiva adaptação ao novo quadro legal (artigo 70º).

Foi feita a adaptação dos estatutos das empresas municipais, já em 2013 (com exceção da EPUL em face da proposta de dissolução desta empresa), dentro do prazo dado aos Municípios. Para este efeito foi feita a verificação dos critérios de dissolução, concluindo-se que as empresas não reuniam as condições previstas para a dissolução obrigatória.

Contudo, a Lisboa Ocidental, SRU, embora reunisse um dos critérios estabelecidos no supra referido artigo 62º, enquanto sociedade de reabilitação urbana está sujeita a critérios de dissolução estabelecidos em diploma específico para empresas dessa natureza (Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro – regime jurídico de reabilitação urbana), o qual é especificado como regime especial no artigo 69º da Lei nº 50/2012). Os critérios estabelecidos pelo supra mencionado decreto-lei não se verificavam naquela, à data de aprovação dos Estatutos pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Não reunindo a EPUL os critérios de dissolução obrigatória estabelecidos na Lei 50/2012, foi deliberada a sua dissolução, depois de esgotado o seu objeto social. A Câmara Municipal, pela Deliberação n.º 858/CM/2012, aprovou apresentar à Assembleia Municipal uma proposta de dissolução da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, criada através do Decreto-Lei nº 613/71, de 31 de dezembro, aprovada em 28 de maio de 2013, com internalização da sua atividade nos serviços municipais e a reversão, para o Município, nos termos do artigo 50º, nº 3 dos Estatutos da empresa, de todos os direitos, ativos, obrigações e passivos da empresa apurados na sequência do processo de liquidação daquela empresa.

ASPECTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DA ACTIVIDADE EM 2012

O exercício de 2012, foi caracterizado pelas dificuldades de Tesouraria da Empresa que geraram uma situação de incumprimento relativamente ao financiamento obtido junto dos bancos.

Depois do Conselho de Administração da EPUL ter aprovado, em 9 de Janeiro de 2013, o Relatório & Contas de 2012, este documento e a respetiva Certificação Legal das Contas, foram analisados, tendo-se então tido conhecimento de um conjunto de reservas às contas, tendo os representantes do acionista: Vice-Presidente, Arq. Manuel Salgado e Vereadora, Dr.^a Maria João Mendes, enquanto tutela técnica e financeira da Empresa, dado orientações ao novo Conselho de Administração para as contas serem reabertas e serem consideradas as reservas identificadas na referida Certificação Legal das Contas.

O resultado líquido do exercício, a 31 de dezembro de 2012, é de -3.368.323 €, como consequência da acentuada queda do volume de negócios em 70%.

Aquele montante inclui como proveitos extraordinários a transferência financeira da CML para cobrir parte do montante do empréstimo mútuo com o DEXIA e BNG em incumprimento, como supra descrito.

A Câmara Municipal de Lisboa assumiu no final de 2012 a negociação com estas duas entidades, que pelo incumprimento registado, exigiam o pagamento integral dos montantes financiados.

Os resultados negativos no exercício, devem-se ao reconhecimento de perdas relativas aos contratos programa assinados com o SLB e o SCP de aproximadamente 19,95 M€, assim como aos elevados **encargos financeiros** de 2012, no valor de 5,02 M€, que se devem essencialmente:

- Aos “spreads” praticados pelas entidades bancárias para os empréstimos de curto-prazo, substancialmente superiores aos praticados em 2011.

- Às consequências financeiras dos compromissos assumidos por anteriores Conselhos de Administração, no que respeita a Contratos de Permuta de Taxas de Juros (Swaps);
- Aos custos da operação de factoring da Escola do Alto da Faia,

O **volume de negócios** em 2012 é de 12,44 M€, traduzindo a conjuntura económica com uma diminuição sensível do poder de compra e aumento de incerteza em termos de investimento, bem como a ausência de fundamentos para novos empreendimentos, provindo os correspondentes proveitos da venda de existências.

Por outro lado, da parte dos custos, é de registar a forte redução verificada em **fornecimentos e serviços externos** que passou de 10,34 M€ em 2011 para 5,21 M€ em 2012, o que perfaz uma diminuição de 5,13 M€ (-49,6%).

No âmbito da redução de fornecimentos e serviços externos, salienta-se que relativamente a empreitadas, existe uma diminuição de 4,8 M€ (-67,5%), e que, no que diz respeito a outros custos de empreendimentos e funcionamento da estrutura, verifica-se uma diminuição de 0,33 M€ (-10,2%).

Verifica-se também uma diminuição dos **custos com o pessoal** no valor de 1,54 M€ (-23%), na sequência da redução do n.º de colaboradores no final de 2011, a qual não teve possibilidade de ser implementada no final do presente ano, e pelo não pagamento de Subsídio de Férias e de Natal.

O **endividamento bancário** situou-se em 64,02 M€, o que significa uma forte redução em relação ao ano anterior, em consequência da amortização efetuada dos empréstimos do Dexia e Nederlandse.

PRINCIPAIS INDICADORES DE 2012

- **Resultados Líquidos:** -3.368.323 €
- **EBITDA:** 2.523.778 €
- **Volume de Negócios:** 12.442.974 €
- **Evolução do Endividamento:** -20.984.088 € (-25%)
- **Capitais Próprios:** 11.098.121 €

Empresa EPUL (detida a 100% pela CML)

Missão Desenvolvimento Urbano



Data de constituição 1972

Dados Anuais	2009	2010	2011	2012
Capital Social	19.000	19.000	19.000	19.000
Activo Líquido	205.754	229.507	213.212	179.048
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	17.816	38.432	36.734	44.249
Activo Circulante / Activo Corrente	187.937	191.075	176.478	134.799
Capital Próprio	-12.560	13.709	18.181	11.098
Resultados Líquidos	205	5.171	5.477	-3.368,3
Passivo Total	218.314	215.798	195.032	167.950
Passivo Bancário	95.610	89.955	85.000	64.016
- Passivo MLP	60.008	57.710	43.170	25.659
- Empréstimos MLP	60.000	50.000	40.000	22.500
- Passivo CP	147.197	158.088	151.862	142.291
- Empréstimos CP	35.610	39.955	45.000	41.516
- Fornecedores CP	30.152	26.578	25.420	32.570
Total de Rendimentos	45.469	67.163	49.001	40.909
Volume de Negócios⁽¹⁾	32.925	66.041	41.026	12.443
- Subsídios de Exploração	0	0	0	0
Total de Gastos	45.258	61.988	43.517	44.268
Gastos Exploração	31.242	31.353	10.629	5.299
Custos com Pessoal	7.299	10.418	6.687	5.152
Nº Empregados	196	180	151	145
Margem Bruta	1.683	34.688	30.397	7.144
Endividamento Líquido	141.073	143.005	111.961	123.838

(1) Inclui subsídios de Exploração

EMEL – Empresa Municipal de Estacionamentos de Lisboa

ASPECTOS RELEVANTES DA ATIVIDADE EM SÍNTESE

A EMEL registou em 2012 um desempenho muito positivo, considerando a atual conjuntura económica recessiva. Essa evolução positiva foi traduzida pelo aumento dos resultados e da capacidade de libertação de meios necessários ao financiamento do seu plano de investimentos projetado até 2016.

Os resultados alcançados têm como principais suportes, o alargamento da área de estacionamento gerida pela própria Empresa, a aposta na modernização tecnológica que se traduziu num considerável aumento da produtividade e um sustentado crescimento da atividade, resultante do aumento de proveitos e da redução dos custos, com especial relevância nos custos com pessoal onde a massa salarial sofreu uma redução superior a 4%.

Principais aspetos da Atividade

A atividade da empresa é refletida, em primeiro lugar, pelo aumento do número de lugares de estacionamento em exploração, com novos lugares: 3.173, na via pública e mais 422, em parques, proporcionando um aumento da oferta de cerca de 9% face ao ano anterior. Esta expansão é visível através da entrada em exploração de áreas já concessionadas e da abertura das novas zonas, como sejam a Alameda da Cidade Universitária e a área contígua ao Palácio da Justiça.

Outro ponto fundamental da melhoria do desempenho da empresa é resultante da modernização tecnológica, sobretudo pela introdução de sistemas inteligentes de informação e de gestão, pela substituição dos parquímetros antigos por equipamentos mais evoluídos, que permitem, para além da recolha de informação em tempo real, utilizar o novo meio e pagamento alternativo às moedas, o cartão VIVA parking.

Relações com CML

Prosseguindo as linhas de orientação estratégica definidas pela CML, para a promoção de uma mobilidade urbana mais sustentável, a EMEL iniciou em

2012 os estudos e análises da viabilidade económica necessários para avaliar a promoção ou a intensificação de soluções inovadoras de utilização pública de veículos partilhados (car-sharing e bike-sharing), preferencialmente recorrendo a veículos não poluentes.

De igual modo, realizou-se durante o primeiro trimestre do ano, na Av. Guerra Junqueiro, um projeto piloto para testar e avaliar diversas opções tecnológicas que ajudem a encontrar uma solução que aumente a eficácia da fiscalização do estacionamento em lugares destinados a operações de cargas e descargas.

Aspetos Económicos e Financeiros da Atividade

A EMEL manteve a trajetória de incremento da “performance”, com melhorias das condições de exploração e da capacidade da empresa em gerar resultados.

O investimento na expansão da oferta, tem permitido ultrapassar os possíveis impactos menos positivos na receita resultantes da conjuntura recessiva e da extensão a zonas mais residenciais e de menor procura de estacionamento.

O plano de investimentos constante do PAO 2012, totalizava cerca de 9 milhões de euros. No entanto, o investimento efetuado totalizou os 1.495 milhares de euros. Esta diferença é resultante dos atrasos nos procedimentos concursais relativos à aquisição de parquímetros, construção e renovação de parques de estacionamento, por motivos de contestação dos concorrentes.

Os proveitos totais atingiram, em 2012, os 25.729 milhares de euros, que representam 62% dos proveitos totais, e que apresentam um crescimento de 6% do que no ano anterior, em que os proveitos da via pública atingiram os 16.045 milhares euros. e Naqueles proveitos temos a detalhar: os proveitos decorrentes de bloqueamentos e contra ordenações, os quais totalizam 4.697 milhares de euros, 18% dos proveitos totais e os proveitos da atividade de parques de estacionamento correspondem a 2.995 milhares de euros, 12%. De referir que no ano 2012 não existem proveitos decorrentes de contratos programa com a CML.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos foram de 14.680 milhares de euros. A empresa vem prosseguindo uma política consistente de contenção dos custos não diretamente dependentes do nível de atividade (com exceção do “fee” de gestão devidos à CML e dos custos com o contrato Spark), com

uma redução de 16% até 2012 comparativamente com 2009. No entanto a rigidez dos gastos mais relevantes desta rubrica, não permitiu a redução do montante global. Os gastos com pessoal totalizaram 7.099 milhares de euros, menos 4% que no ano 2011. Os gastos com depreciações e amortizações correspondem a 1.052 mil euros. Os gastos com juros totalizaram 222 milhares de euros, menos 24% do que no ano transato.

O resultado líquido antes de impostos atingiu os 2.788 mil euros, mais 116% que no ano anterior e o volume de meios libertos atingiu os 3 milhões de euros.

Evolução anual dos indicadores de atividade

	2009	2010	2011	2012
Rentabilidade Económica/Ativo Líquido	2,27%	3,06%	4,01%	7,23%
Solvabilidade= Capital Próprio/Passivo	14,22%	14,42%	67,42%	73,39%
Meios Libertos Líquidos= (Mil Euros)	1.036	1.759	2.049	3.050
Meios Libertos Líquidos / Proveitos	5,31%	7,58%	8,44%	11,85%
Capitais Permanentes / Ativo Líquido	36,49%	29,71%	56,13%	53,96%

Da análise do quadro dos indicadores de atividade destaca-se o indicador da rentabilidade económica que em 2012 é de 8,04%, bem como o rácio de solvabilidade com 75,1%.

O EBITDA é de 2.879 milhares de euros, o que corresponde a um incremento de 1.399 milhares de euros comparativamente com o ano 2011 (+95%).

A empresa efetuou uma redução considerável do endividamento bancário, que era de 9.305 milhares de euros em 2011, e no final de 2012 é de 5.882 milhares de euros. Esta redução de 3.423 milhares resultou da liquidação dos reembolsos previstos e da anulação dos empréstimos de curto prazo que a empresa dispunha junto das entidades bancárias.

Empresa EMEL (detida a 100% pela CML)

Missão Parqueamento

Data de constituição 1995



Dados Anuais	2009	2010	2011	2012
Capital Social	3.960	3.960	14.000	14.000
Activo Líquido	27.169	30.824	36.886	39.815
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	17.349	18.769	21.355	21.764
Activo Circulante / Activo Corrente	9.821	12.055	15.531	18.051
Capital Próprio	3.489	3.885	14.854	16.853
Resultados Líquidos	180	537	929	1.998,4
Passivo Total	23.680	26.939	22.032	22.962
Passivo Bancário	10.091	8.995	9.305	5.882
- Passivo MLP	6.368	5.423	5.999	4.631
- Empréstimos MLP	6.368	5.273	5.849	4.481
- Passivo CP	14.654	21.516	16.033	18.331
- Empréstimos CP	3.722	3.722	3.456	1.401
- Fornecedores CP	2.878	13.759	4.327	13.155
Total de Rendimentos	19.750	23.287	24.895	25.966
Volume de Negócios⁽¹⁾	15.860	23.211	24.291	25.737
- Subsídios de Exploração	188	188	0	0
Total de Gastos	19.554	22.506	23.606	23.178
Gastos Exploração	10.695	13.229	14.695	14.690
Custos com Pessoal	7.166	7.756	7.401	7.099
Nº Empregados	378	376	371	380
Margem Bruta	5.165	9.982	9.596	11.047
Endividamento Líquido	12.724	14.241	5.641	3.671

(1) Inclui subsídios de Exploração

EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos de Animação Cultural

ASPECTOS RELEVANTES DA ATIVIDADE EM SÍNTESE

Atividade

Em termos globais e no contexto de grande dificuldade com que se iniciou o ano de 2012, podemos afirmar, que a empresa reafirmou a sua consolidação enquanto grande agente de desenvolvimento cultural de iniciativa municipal na Cidade de Lisboa.

Verificou-se a redução do valor do contrato-programa celebrado com a tutela em cerca de 15%.

Os rendimentos próprios, aumentaram cerca de 19%, o que correspondeu a um montante global superior ao orçamentado em cerca de 1,5 milhões de euros.

Para além de todas as ações contempladas no Plano de Atividades foi possível ainda realizar as comemorações oficiais do 10 de Junho, que por decisão da Presidência da República se realizaram em Lisboa, o Arraial Pride, a partir de uma proposta da Associação Ilga e por último os festejos natalícios, ambos, os últimos, organizados na Praça do Comércio.

De salientar ainda a incorporação da Casa Fernando Pessoa na gestão da Egeac, por despacho da Tutela.

Em termos de públicos, salientamos as surpreendentes subidas do Padrão que registou um aumento de 33% face a 2011 e do Museu do Fado, o qual excedeu em 44% o número global de visitantes do ano anterior. Refira-se ainda os cerca de 156.000 espectadores alcançados pelo Cinema São Jorge que colocam definitivamente este equipamento como uma das mais recentes, interessantes e dinâmicas referências culturais de Lisboa.

Análise Estrutura Rendimentos:

Todas as rubricas de rendimentos foram superiores ao orçamentado, exceto as cedências de espaço e as concessões que se situaram nos 85,5% e nos 98,7% respetivamente

Em contrapartida os Patrocínios/Cedência Direitos de Exibição registaram um incremento de praticamente 50%, ou seja mais de 700 mil euros;

Análise Estrutura Gastos:

Globalmente os gastos foram superiores em 7%;

Nos FSE, a rubrica que apresenta maior desvio é a Conservação e Reparação, com mais 370 mil euros que o previsto. A não existência de verbas para investimento e a necessidade de realizar obras de conservação juntamente com a melhoria das receitas, facilitaram este acréscimo.

Por outro lado os Gastos de Pessoal apresentam uma redução de 2%, que se deve, fundamentalmente, ao não pagamento dos subsídios de férias e natal.

Resultados:

Os rendimentos obtidos foram tão significativos que, apesar do acréscimo de atividade, determinaram um resultado bastante superior ao previsto. Assim, o Resultado Líquido do exercício da EGEAC em 2012 é positivo em 692 208,36 € (seiscentos e noventa dois mil duzentos e oito euros e trinta e seis cêntimos).

Principais Indicadores de 2012

→ **EBITDA:** 1.897.909,03 €

→ **Volume de Negócios:** 14.519.495,87 €

→ **Evolução do Endividamento:**

2011= 1.157.951,40€ - 1,27 [Passivo Corrente/ (Ativo Corrente-Inventários)]

2012 = 588.544,22 € - 1,14 [Passivo Corrente/ (Ativo Corrente-Inventários)]

→ **Capitais Próprios:** 5.272.328,01 €

Análise Económica e Financeira

	Solvabilidade ⁽¹⁾	Autonomia Financeira ⁽²⁾	Liquidez Geral ⁽³⁾
2011	0,53	0,34	0,81
2012	0,56	0,36	0,90

(1) Capital Próprio/Passivo

(2) Capital Próprio/Ativo

(3) Ativo Corrente/Passivo Corrente

Sumário Anual

Unid: milhares de euros

Empresa	EGEAC (detida a 100% pela CML)
Missão	Eventos e Actividades Culturais
Data de constituição	1996



Dados Anuais	2009	2010	2011	2012
Capital Social	449	449	449	449
Activo Líquido	15.306	15.792	15.465	14.692
Imob. Líquido / Activo Não Corrent	11.160	12.037	11.344	10.462
Activo Circulante / Activo Corrente	4.147	3.754	4.122	4.230
Capital Próprio	-1.071	5.975	5.414	5.272
Resultados Líquidos	406	285	201	692,2
Passivo Total	16.377	9.816	10.052	9.420
Passivo Bancário	0	1.925	2.603	1.075
- Passivo MLP	0	5.113	4.922	0
- Empréstimos MLP	0	0	0	0
- Passivo CP	2.092	4.704	5.130	4.706
- Empréstimos CP	0	1.925	2.603	1.075
- Fornecedores CP	1.738	1.241	1.492	1.684
Total de Rendimentos	15.727	15.712	15.156	15.416
Volume de Negócios⁽¹⁾	13.516	14.852	14.348	14.572
- Subsídios de Exploração	7.000	7.708	6.750	9.389
Total de Gastos	15.129	15.626	15.106	14.750
Gastos Exploração	7.560	8.820	8.798	8.363
Custos com Pessoal	5.798	5.647	5.171	4.850
Nº Empregados	180	183	178	203
Margem Bruta	5.956	6.032	5.550	6.208
Endividamento Líquido	-1.077	802	1.158	443

(1) Inclui subsídios de Exploração

GEBALIS – Gestão de Bairros Municipais de Lisboa

ASPECTOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS DA ACTIVIDADE EM 2012

Atividade

Apesar das medidas de austeridade impostas a nível nacional, pode-se referir que globalmente a atividade da empresa desenvolveu-se de forma bastante positiva durante o ano 2012. Como prova disso, temos os Resultados positivos alcançados em 1.359 M€, os quais contribuíram para o fortalecimento do Capital Próprio que, por sua vez atingiu em 2012, o valor de 2.865 milhares €.

Além do objetivo económico e financeiro ter sido atingido, é de realçar que as funções inerentes à atividade da empresa foram igualmente cumpridas na íntegra. Neste sentido, a empresa continuou a desenvolver e assegurar com sucesso todas as atividades relativas à manutenção e conservação do edificado, dos espaços ajardinados e dos ascensores geridos pela empresa.

A componente social continuou a ser uma área fulcral para a prossecução dos objetivos. No ano 2012, destaca-se a implementação de novos procedimentos impostos por regulamentos e por decisões tomadas pela Câmara Municipal de Lisboa das quais se evidencia a Verificação de Ocupação de Habitação Municipal e Atualização de Condições de Recursos das Famílias Residentes (VOCR), Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município de Lisboa, Regulamento das Desocupações de Habitações Municipais e outros regulamentos municipais.

A este nível, confirmou-se a abertura da nova Loja do Cidadão de Lisboa – Marvila e respetivo Balcão de Atendimento da Gebalis. Neste contexto, procedeu-se ao encerramento dos Gabinetes de Bairro do Condado e da Flamenga, que originou uma mobilização e readaptação de recursos humanos durante o segundo trimestre do ano.

Ao nível nacional e internacional, a implementação de projetos de intervenção comunitária levados a cabo pela Empresa são reconhecidos pelas mais diversas entidades, tendo como ponto alto a distinção pela segunda vez consecutiva, do Rótulo Europeu de Responsabilidade Social – “CEEP-CSR

Label”. Este Rótulo reconheceu a qualidade do trabalho desenvolvido pela Gebalis na Área da Responsabilidade Social e pelo seu impacto a nível social, ambiental e regional. No entanto, para além da atribuição desta distinção internacional, o júri selecionou a Gebalis para receber um Prémio Especial pela qualidade das boas práticas desenvolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social através da formação e inserção profissional.

Além do reconhecimento referido anteriormente, a empresa envolveu-se em 2012 em projetos de ética social e de sustentabilidade, nomeadamente: Associação Portuguesa de Ética Empresarial, Rede Nacional de Responsabilidade Social, CEEP Portugal, Global Compact Network (Rede Internacional das Nações Unidas do Pacto Global dos 10 Princípios de Ética Empresarial, WFO-Organização Mundial da Família, Projeto IMEA, Projeto “Eco Bairro Boavista Ambiente +”.

Principais Indicadores de 2012

- **EBITDA:** 3.526.493,64 €
- **Volume de Negócios:** 20.290.720,79 €
- **Evolução do Endividamento:**

	2010	2011	2012	Variação 2012/2011	
				Valor	%
Empréstimos bancários:					
Contas correntes	26.200.000 €	22.500.000 €	21.850.000 €	-650.000 €	-3%
Outros empréstimos obtidos:					
Locações financeiras	342.339 €	241.666 €	135.266 €	-106.401 €	-44%

- **Capitais Próprios:** 2.864.934,26 €

Análise Económica

No exercício de 2012, a GEBALIS alcançou um Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de 1.358.975 €. O resultado obtido em 2012 supera o valor registado no exercício de 2011 no montante de 123.351 €, significando um crescimento de cerca de 10%. Este excelente resultado alcançado em 2012, atendendo à conjuntura económica desfavorável que afeta todos os sectores da economia do país, tem como alicerce as linhas orientadoras definidas pelo Conselho de Administração, aquando da tomada de posse em Novembro/2007, assentes na racionalização dos gastos e na maximização dos recursos disponíveis.

O resultado obtido no exercício de 2012 permitiu catapultar os Capitais Próprios da Empresa para o valor de 2.864.934 €, o que traduz um aumento de cerca de 87%, face ao registado no final do exercício de 2011.

Os montantes despendidos em obras de requalificação e em instalações próprias realizadas até ao ano de 2007 inclusive, cujos custos foram diferidos para os exercícios futuros, condicionaram os resultados obtidos em 2012, representaram um acréscimo de gastos no valor de 1.074.747 €, assim como, os valores suportados a título de juros e comissões, inerentes à utilização das contas caucionadas contratualizadas nos anos de 2005 a 2007, que totalizaram o montante de 1.843.123 €. É de referir, que o Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos, no valor de 3.304.997 €, é superior ao registado no ano de 2011, representando um acréscimo de 386.066 €, ou seja, cerca de 13% e 739.438 € superior ao previsto no orçamento (22%). Estes números demonstram, que apesar do clima económico recessivo vigente em Portugal, a Empresa conseguiu tornar a sua atividade mais eficiente.

Análise Financeira

Em 2012 verificamos a diminuição do valor da rubrica Vendas e serviços prestados, seguindo uma tendência registada nos últimos anos, no entanto, foi possível reduzir o valor do Passivo da Empresa, mais especificamente, os valores em dívida a Instituições de Crédito e a Fornecedores.

Salientamos que apesar de na Deliberação 567/CM/2010 ter sido definida a transferência de 12.300.000 €, a título de cobertura de resultados/reforço dos Capitais Próprios (dos quais apenas foram transferidos 5.500.000 €), para

cumprir o descrito no artigo 40º Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto (anteriormente definido pelo artigo 31º da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro), ainda falta deliberar transferir para a GEBALIS o valor de 7.459.286 €, para cobrir na totalidade os resultados negativos de exploração anual operacional acrescidos dos encargos financeiros, dos exercícios dos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Dentro da rubrica Outras contas a receber são de destacar os valores em dívida da Câmara Municipal de Lisboa e as dívidas dos moradores, com referência a 31/12/2012.

No que diz respeito aos valores em dívida da Câmara Municipal de Lisboa estão a ser reconhecidos os seguintes valores, que totalizam 11.524.166 €:

-Deliberação n.º 928/CM/2004: 555.047 € -Obras realizadas nos lotes E e E1, no bairro da Quinta dos Ourives. Apesar de o Contrato-Programa, assinado em 2004, estabelecer que o valor a transferir é de 1.000.000 €, a execução das obras contratualizadas tiveram apenas o custo de 555.047 €;

-Deliberação n.º 1268/CM/2008: 940.000 € -Realização de obras de beneficiação em diversos lotes no bairro Pedro Queiroz Pereira;

-Deliberação n.º 252/CM/2011: 328.537 € -Reabilitação de 45 fogos em diversos bairros;

-Deliberação n.º 178/CM/2011: 8.231.079 € -Viver Marvila.

-Deliberação n.º 49/CM/2012: 160.000 € -Reabilitação de 20 fogos do Bairro Padre Cruz (Alvenaria);

-Deliberação n.º 488/CM/2012: 415.800 € -Eco-Bairro Boavista;

-Registos prediais: 893.703 € -Registos prediais efetuados pela GEBALIS, por indicação da Câmara Municipal de Lisboa, o que permitiu a realização das alienações dos fogos municipais incluídos no património gerido pela Empresa.

No que diz respeito às dívidas dos moradores, em 31/12/2012, totalizavam o valor de 29.080.072 €, tendo já sido reconhecido o valor de 21.928.948 € a título de Imparidade de dívidas a receber acumuladas (rendas de cobrança duvidosa), sendo o valor líquido de 7.151.124 €. O crescimento das dívidas dos moradores, face ao ano anterior, é uma consequência da degradação do clima económico verificado em Portugal, que se manifesta pela subida da taxa de

desemprego, diminuição do rendimento disponível em virtude da subida dos impostos, da diminuição/alteração da atribuição das prestações sociais e da subida generalizada dos preços (IHPC em 2012: 2,8%).

A rubrica Gastos a reconhecer, que totaliza o valor de 17.375.289 €, representa, quase na totalidade, os gastos com obras de requalificação e instalações próprias a reconhecer em exercícios futuros no valor de 16.682.856 €

No que toca à rubrica Caixa e depósitos bancários, em 31/12/2012, a GEBALIS detinha o valor de 1.202.094 €. O valor existente engloba, quase na totalidade, as importâncias despendidas em 31/12/2012, para liquidar os juros das contas caucionadas e as importâncias que ainda não foram utilizadas das verbas transferidas pela Câmara Municipal de Lisboa, referentes a Contratos-Programa e à Deliberação n.º 567/CM/2010.

A rubrica Fornecedores apresenta o valor de 5.258.288 €. Relativamente ao ano de 2011 registou-se uma diminuição de 937.510 €, que percentualmente corresponde a uma diminuição de cerca de 15%. É de referir, que a diminuição dos valores em dívida a fornecedores poderia ter sido superior, caso a Câmara Municipal de Lisboa tivesse procedido à transferência dos valores em falta, relativos ao Contrato-Programa IV (Deliberação n.º 252/CM/2011), uma vez que a execução do Contrato-Programa superava os valores transferidos em cerca de 133.000 €

No que diz respeito à rubrica Financiamentos Obtidos, em 31/12/2012 estavam em dívida 21.985.266 €. Deste valor, 21.850.000 € correspondiam a montantes utilizados nas contas caucionadas contratualizadas pela GEBALIS e 135.266 € correspondiam à aquisição de ativos tangíveis em regime de Leasing.

Relativamente às contas correntes caucionadas, no ano de 2012, conseguiu-se proceder ao pagamento e à redução dos montantes contratualizados no valor de 650.000 €, que corresponde a uma diminuição de cerca de 3%. A rubrica Outras contas a pagar ascende a 1.572.745 €, destacando-se a dívida da GEBALIS à Câmara Municipal de Lisboa no valor de 484.837 € (corresponde à percentagem das rendas emitidas até 2002 a entregar à Câmara Municipal de Lisboa, no valor de 129.620 € e aos serviços de vigilância efetuados pela Polícia Municipal na obra de Demolição do Corredor da Morte no Bairro do Condado, no valor de 355.217 €), Credores por acréscimos no valor de

702.947 € e os Fornecedores depósito de garantia no valor de 302.200 €.

Os Rendimentos a reconhecer totalizaram o valor de 13.904.539 €, correspondendo na sua grande maioria, à execução das obras contratualizadas através de Contratos-Programa.

Rendimentos e Gastos	Orçamento 2012	Realizado 2012	Varição em Valor	Varição em %
Vendas e serviços prestados	20.555.250 €	20.290.721 €	-264.530 €	-1,3%
Subsídios à exploração	8.348.070 €	1.489.201 €	-6.858.869 €	-460,6%
Ganhos/perdas imputados de subs., associadas e empreend. conjuntos				
Varição nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	-17.683.986 €	-11.091.248 €	6.592.737 €	-59,4%
Gastos com o pessoal	-4.475.825 €	-3.944.266 €	531.559 €	-13,5%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4.020.000 €	-3.347.602 €	672.398 €	-20,1%
Provisões (aumentos/reduções)		22.859 €		
Imparidade de invest. não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	86.144 €	168.768 €	82.624 €	49,0%
Outros gastos e perdas	-17.286 €	-61.938 €	-44.653 €	72,1%
Resultado antes depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.792.369 €	3.526.494 €	734.125 €	20,8%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-226.809 €	-221.496 €	5.313 €	-2,4%
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2.565.559 €	3.304.997 €	739.438 €	22,4%
Juros e rendimentos similares obtidos	18.000 €	24.655 €	6.655 €	27,0%
Juros e gastos similares suportados	-2.064.348 €	-1.847.977 €	216.372 €	-11,7%
Resultado antes de impostos	519.211 €	1.481.676 €	962.465 €	65,0%
Imposto sobre o rendimento do período	-9.960 €	-122.701 €	-112.741 €	-100,0%
Resultado Líquido do Período	509.251 €	1.358.975 €	849.724 €	62,5%

Empresa		GEBALIS (detida a 100% pela CML)			
Missão		Gestão da Habitação Social			
Data de constituição		1996			
Dados Anuais	2009	2010	2011	2012	
Capital Social	1.300	1.300	1.300	1.300	
Activo Líquido	32.933	41.501	45.814	45.713	
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	872	2.403	2.254	431	
Activo Circulante / Activo Corrente	32.061	39.098	43.560	45.282	
Capital Próprio	-9.609	719	1.530	2.865	
Resultados Líquidos	-2.215	-2.445	1.236	1.359	
Passivo Total	42.542	41.182	44.283	42.848	
Passivo Bancário	25.485	26.302	22.606	21.985	
- Passivo MLP	420	418	403	335	
- Empréstimos MLP	0	0	0	33	
- Passivo CP	32.206	40.764	43.881	42.513	
- Empréstimos CP	25.485	26.302	22.606	21.952	
- Fornecedores CP	6.292	6.466	6.196	5.258	
Total de Rendimentos	22.899	24.023	23.259	21.996	
Volume de Negócios ⁽¹⁾	22.686	23.778	22.702	21.780	
- Subsídios de Exploração	1.608	2.901	2.230	1.489	
Total de Gastos	25.104	26.459	21.991	20.515	
Gastos Exploração	15.519	16.026	12.015	11.091	
Custos com Pessoal	5.013	5.165	4.496	3.944	
Nº Empregados	239	238	205	199	
Margem Bruta	7.167	7.151	10.687	10.689	
Endividamento Líquido	-7.981	408	-960	-2.434	

(1) Inclui subsídios de Exploração

LISBOA OCIDENTAL SRU

ASPECTOS RELEVANTES DA ATIVIDADE EM SÍNTESE

Atividade

- Gestão Urbanística – Processos de Licenciamento (185 processos iniciados, 56 processos deferidos e 84 processos arquivados), Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana da Calçada da Ajuda (Proposta de Plano em análise pelos serviços municipais), Projeto de Loteamento da Área Envolvente da Igreja da Memória (Proposta em análise);
- Reabilitação do Espaço Público (concluída ou em curso a reabilitação e renovação das infraestruturas de cerca de 51.000 m² de espaço público, concluídos 208 lugares de estacionamento gratuitos);
- Reabilitação de Edifícios Municipais (2 concluídos, 3 em obra e 3 em projeto);
- Reabilitação de Edifícios da SRU (1 concluído, 5 em obra, 2 em projeto);
- Reabilitação de edifícios pelos proprietários (174 concluídos, 15 em obra, 76 em projeto).

Relações com CML

Nada a assinalar

Aspetos Económicos e Financeiros da Atividade

Principais Indicadores de 2012

- **EBITDA:** 9.874,01€
- **Volume de Negócios:** 29.793,23€
- **Evolução do Endividamento:** 0 € / 0 %
- **Capitais Próprios:** 6.082.824,77 €

Análise Económica

Dada a natureza não comercial da missão e da atividade da Lisboa Ocidental, a quase totalidade dos custos do exercício foi financiada pelos subsídios à exploração, concedidos pela CML, no âmbito dos Contratos-Programa celebrados em 2011 e 2012.

Assim, a exploração de 2012 apresenta um resultado líquido positivo de 356€, que corresponde à diferença entre os rendimentos, no valor de 625.975 €, e os gastos, no valor de 625.619 €. Os gastos dizem respeito, essencialmente, a gastos com o pessoal (392 mil euros), a fornecimentos e serviços externos (115 mil euros) e a juros suportados (67 mil euros). Os rendimentos incluem, no essencial, os subsídios transferidos pela CML ao abrigo dos Contratos-Programa anuais e do Contrato Programa IHRU / BEI (454 mil euros no total, 73% dos rendimentos) e os juros obtidos da aplicação das disponibilidades financeiras de curto prazo (107 mil euros, 17% dos rendimentos).

Os gastos totais da Empresa, face a 2011, registaram uma descida de 16%, passando de 736 para 621 mil euros, o que se explica pelo decréscimo das suas principais componentes: gastos com o pessoal – menos 24,5 mil euros, -6%; fornecimentos e serviços externos – menos 74,7 mil euros, -39% e juros suportados – menos 6,3 mil euros, -8,6%.

Análise Financeira


Relativamente ao contrato de financiamento celebrado com o IHRU / BEI, que financia todos os projetos de reabilitação urbana da Lisboa Ocidental, em 2012, a Empresa foi informada pelo IHRU de que, ao contrário do estabelecido contratualmente, o BEI não estaria disponível para financiar intervenções que se concluíssem depois deste ano, o que motivou o pedido de alargamento solicitado por aquele Instituto ao BEI.

No final de 2012, o IHRU e o BEI formalizaram o alargamento do prazo do financiamento até ao final de 2015 e, posteriormente e após aprovação pelo executivo municipal, a Lisboa Ocidental e o IHRU celebraram, em 29.01.2013, um aditamento ao Contrato de Financiamento para acolher esta mesma alteração. Este Aditamento foi enviado ao Tribunal de Contas para processo de visto.

Na mesma deliberação, o Município aprovou ainda o necessário aditamento ao

Contrato-Programa IHRU /BEI, celebrado com a finalidade de dotar a Lisboa Ocidental dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das obrigações emergentes do Contrato de Financiamento, que deverá ser enviado pelo Município ao Tribunal de Contas para processo de visto.

A Lisboa Ocidental, com a colaboração da Câmara, está a desenvolver todos os esforços ao seu alcance para minimizar as consequências negativas destes procedimentos administrativos nos prazos de execução dos processos de reabilitação em curso.

Sumário Anual		Unid: milhares de euros			
Empresa	SRU Ocidental (detida a 100% pela CML)				
Missão	Reabilitação Urbana - Zona Ocidental				
Data de constituição	2005				
Dados Anuais	2009	2010	2011	2012	
Capital Social	2.000	2.000	2.000	2.000	
Activo Líquido	1.783	6.910	12.023	11.844	
Imob. Líquido / Activo Não Corrente	285	1.454	3.424	5.191	
Activo Circulante / Activo Corrente	1.498	5.457	8.599	6.653	
Capital Próprio	1.109	3.644	6.113	6.083	
Resultados Líquidos	27	25	0,3	0,3	
Passivo Total	674	3.266	5.910	5.761	
Passivo Bancário	0	2.500	5.000	5.000	
- Passivo MLP	0	2.500	5.000	5.000	
- Empréstimos MLP	0	2.500	5.000	5.000	
- Passivo CP	121	766	910	761	
- Empréstimos CP	0	0	0	0	
- Fornecedores CP	36	267	390	300	
Total de Rendimentos	663	694	740	626	
Volume de Negócios⁽¹⁾	602	629	554	484	
- Subsídios de Exploração	593	587	510	454	
Total de Gastos	635	668	736	621	
Gastos Exploração	140	128	189	115	
Custos com Pessoal	433	470	417	392	
Nº Empregados	11	12	12	12	
Margem Bruta	462	501	364	369	
Endividamento Líquido	-1.291	253	-2.692	-665	

(1) Inclui subsídios de Exploração

BALANÇO CONSOLIDADO

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa			Consolidado do Município de Lisboa	Variação
		2012			2011	2012-2011
		Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
	ATIVO					
	Imobilizado					
	Bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais	18.083.968,42	0,00	18.083.968,42	15.954.336,97	2.129.631,45
452	Edifícios	0,00	0,00			
453	Outras construções e infra-estruturas	208.668.247,33	66.758.940,87	141.909.306,46	150.313.217,68	-8.403.911,22
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.197.758,08	193.697,31	1.004.060,77	1.040.470,95	-36.410,18
459	Outros bens de domínio público	333.158.575,54	0,00	333.158.575,54	333.158.575,54	
445	Imobilizações em curso	346.534.529,93	0,00	346.534.529,93	335.688.474,76	10.846.055,17
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	4.372,14	0,00	4.372,14	4.372,14	
		907.647.451,44	66.952.638,16	840.694.813,26	836.159.448,04	4.535.365,22
	Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas instalação	0,00	0,00			
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	323.867,44	323.867,44	0,00	1.795.672,43	-1.795.672,43
433	Propriedade industrial e outros direitos	33.190.321,31	28.645.043,90	4.545.277,41	3.046.711,41	1.498.566,00
443	Imobilizações em curso	219.521,50	0,00	219.521,50	68.401,00	151.120,50
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00			
		33.733.710,25	28.968.911,34	4.764.798,91	4.910.784,84	-145.985,93
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	305.841.111,44	0,00	305.841.111,44	300.495.181,22	5.345.930,22
422	Edifícios e outras construções	897.789.513,63	94.614.126,35	803.175.387,28	803.263.164,79	-87.777,51
423	Equipamento básico	111.575.314,26	82.319.375,83	29.255.938,43	30.889.578,44	-1.633.640,01
424	Equipamento de transporte	15.034.932,98	12.178.312,48	2.856.620,50	2.949.070,50	-92.450,00
425	Ferramentas e utensílios	5.820.266,32	5.145.982,83	674.283,49	763.538,28	-89.254,79
426	Equipamento administrativo	38.622.693,46	37.161.573,54	1.461.119,92	1.865.030,35	-403.910,43
427	Taras e vasilhame	16,96	16,96			
429	Outras imobilizações corpóreas	544.164.859,50	165.145.602,82	379.019.256,68	382.714.338,06	-3.695.081,38
442	Imobilizações em curso	722.331.046,97	0,00	722.331.046,97	712.539.536,65	9.791.510,32
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	18.675.208,97	0,00	18.675.208,97	18.666.507,65	8.701,32
		2.659.854.964,49	396.564.990,81	2.263.289.973,68	2.254.145.945,94	9.144.027,74
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital	29.100.972,56	187.500,00	28.913.472,56	29.539.242,30	-625.769,74
412	Obrigações e títulos participação	734.365,36	0,00	734.365,36		734.365,36
414	Investimentos em imóveis	46.272.460,87	1.382.813,99	44.889.646,88	34.741.131,07	10.148.515,81
415	Outras aplicações financeiras	10.030,83	0,00	10.030,83	10.030,83	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	6.872.495,07	-6.872.495,07
447	Adiantamentos por conta investimentos financeiros	0,00	0,00			0,00
		76.117.829,62	1.570.313,99	74.547.515,63	71.162.899,27	3.384.616,36
	Circulante:					
	Existências:					
36 e 386	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	4.458.833,82	0,00	4.458.833,82	4.011.863,43	446.970,39
35	Produtos e trabalhos em curso	95.184.419,81	3.371.309,03	91.813.110,78	86.286.995,63	5.526.115,15
34 e 384	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33 e 383	Produtos acabados e intermédios	4.550.008,79	12.439,75	4.537.569,04	11.490.973,70	-6.953.404,66
32 e 382	Mercadorias	1.021.042,86	0,00	1.021.042,86	1.185.240,32	-164.197,46
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		105.214.305,28	3.383.748,78	101.830.556,50	102.975.073,08	-1.144.516,58
	Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:					
268	Outros devedores					
2812	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - curto prazo:					
2811	Empréstimos concedidos	0,00	0,00			
211	Clientes, c/c	3.077.933,46	411.908,89	2.666.024,57	3.767.217,33	-1.101.192,76
212	Contribuintes, c/c e Taxas	15.181.168,82	0,00	15.181.168,82	14.429.830,72	751.338,10
213	Utentes, c/c	966.911,07	0,00	966.911,07	2.136.620,72	-1.169.709,65
217	Clientes e utentes com cauções	0,00	0,00			
218	Clientes, contrib., utentes e outros dev. de cob. duvidosa	81.799.547,48	80.487.827,50	1.311.719,98	1.051.806,85	259.913,13
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00			
229	Adiantamentos a fornecedores	26.750,42	0,00	26.750,42	10.868,25	15.882,17
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	652.326,17	0,00	652.326,17	879.063,98	-226.737,81
24	Estado e outros entes públicos	4.946.243,52	0,00	4.946.243,52	1.426.543,00	3.519.700,52
264	Administração autárquica	0,00	0,00			
262+263+267+268	Outros devedores	287.592.873,86	21.932.491,73	265.660.382,13	268.826.247,34	-3.165.865,21
		394.243.754,80	102.832.228,12	291.411.526,68	292.528.198,19	-1.116.671,51
	Títulos negociáveis:					
151	Ações					
152	Obrigações e títulos de participação					
153	Títulos de dívida pública					
159	Outros títulos					
18	Outras aplicações de tesouraria					
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	51.424.617,86	0,00	51.424.617,86	48.181.572,43	3.243.045,43
11	Caixa	404.519,29	0,00	404.519,29	382.276,82	22.242,47
		51.829.137,15	0,00	51.829.137,15	48.563.849,25	3.265.287,90
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	20.673.164,67	0,00	20.673.164,67	19.218.458,33	1.454.706,34
272	Custos diferidos	40.301.411,51	0,00	40.301.411,51	49.192.764,43	-8.891.352,92
	Ativos por impostos diferidos	249.523,44	0,00	249.523,44	284.137,71	-34.614,27
		61.224.099,62	0,00	61.224.099,62	68.695.360,47	-7.471.260,85
	Total de amortizações		492.486.540,33			
	Total de provisões		107.786.290,89			
	Total do ativo	4.289.865.252,65		3.689.592.421,43	3.679.141.559,08	10.450.862,35

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa	Varição
		2012	2011	2012-2011
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
	Fundos próprios:			
51	Património	2.075.571.638,43	2.075.184.138,67	387.499,76
55	Ajustamentos partes capital em empresas	-19.436.349,07	-19.436.349,07	0,00
56	Reservas de reavaliação			
	Reservas:			
571	Reservas legais	48.212.764,35	41.942.882,56	6.269.881,79
572	Reservas estatutárias	0,00		
573	Reservas contratuais	186.445,90	186.445,90	0,00
574	Reservas livres	2.043.944,49	1.770.089,88	273.854,61
575	Subsídios			0,00
576	Doações	1.682.419,16	1.679.017,76	3.401,40
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00		
578	Reservas decorrentes de cedência apropriação de activos			
59	Resultados transitados	-292.268.052,63	-359.151.507,91	66.883.455,28
88	Resultado líquido do exercício	423.622.317,02	131.505.166,20	292.117.150,82
	Total dos fundos próprios	2.239.615.127,65	1.873.679.883,99	365.935.243,66
	Passivo:			
292	Provisões para riscos e encargos	410.134.794,86	425.732.426,47	-15.597.631,61
		410.134.794,86	425.732.426,47	-15.597.631,61
	Dívidas a terceiros - médio longo prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	331.941.646,18	433.046.225,05	-101.104.578,87
2647	Administração autárquica	0,00		
262+263+267+268	Outros credores	38.540.384,72	261.584.926,62	-223.044.541,90
		370.482.030,90	694.631.151,67	-324.149.120,77
	Dívidas a terceiros - curto prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo (vencimento em n+1)	28.164.880,82	41.947.397,00	-13.782.516,18
2311	Empréstimos de curto prazo	44.126.921,05	51.300.935,49	-7.174.014,44
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00		
221	Fornecedores, c/c	23.504.874,08	31.530.341,51	-8.025.467,43
228	Fornecedores, facturas recepção e conferência	47.255.901,16	49.767.558,90	-2.511.657,74
252	Credores pela execução do orçamento	0,00		
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	55.879.541,76	61.027.196,97	-5.147.655,21
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	4.137.420,41	5.143.335,07	-1.005.914,66
24	Estado e outros entes públicos	8.594.294,21	7.937.138,74	657.155,47
264	Administração autárquica	74.921,04	113.967,19	-39.046,15
262+263+267+268	Outros credores	225.319.453,20	252.745.048,93	-27.425.595,73
		437.058.207,73	501.512.919,80	-64.454.712,07
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	42.888.419,70	17.040.373,75	25.848.045,95
274	Proveitos diferidos	187.484.216,06	164.406.809,51	23.077.406,55
	Passivos por impostos diferidos	1.929.624,53	2.137.993,89	-208.369,36
		232.302.260,29	183.585.177,15	48.717.083,14
	Total do passivo	1.449.977.293,78	1.805.461.675,09	-355.484.381,31
	Total dos fundos próprios e do passivo	3.689.592.421,43	3.679.141.559,08	10.450.862,35

Órgão Executivo

Em ____ de _____ de ____

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
CONSOLIDADA**

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa	Consolidado do Município de Lisboa	Variação
		2012	2011	2012-2011
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.687.054,93	6.189.840,97	-502.786,04
62	Fornecimentos e serviços externos	156.615.914,08	158.834.496,14	-2.218.582,06
641+642	Custos com o pessoal:			
	Remunerações	188.310.049,74	205.668.861,40	-17.358.811,66
643 a 648	Encargos sociais	45.607.453,60	47.020.676,26	-1.413.222,66
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	40.935.175,33	41.061.905,04	-126.729,71
66	Amortizações do exercício	33.042.550,18	30.252.580,70	2.789.969,48
67	Provisões do exercício	88.006.884,21	59.302.113,84	28.704.770,37
65	Outros custos e perdas operacionais	26.226.446,47	5.609.453,83	20.616.992,64
	(A)	584.431.528,54	553.939.928,18	30.491.600,36
68	Custos e perdas financeiros	24.693.943,91	24.807.467,05	-113.523,14
	(C)	609.125.472,45	578.747.395,23	30.378.077,22
69	Custos e perdas extraordinários	32.503.604,31	32.549.818,57	-46.214,26
	(E)	641.629.076,76	611.297.213,80	30.331.862,96
88	Resultado antes impostos	424.522.269,83	131.757.829,81	292.764.440,02
	Imposto sobre o rendimento do exercício	1.073.707,90	443.496,54	630.211,36
	Imposto diferido	-173.755,09	-190.832,93	17.077,84
	Resultado líquido do exercício	423.622.317,02	131.505.166,20	292.117.150,82
		1.066.151.346,59	743.055.043,61	323.096.302,98
PROVEITOS E GANHOS				
	Vendas e prestações de serviços			
7111	Vendas de mercadorias	550.715,41	160.641,08	390.074,33
7112 - 7119	Vendas de produtos	14.019.519,32	40.431.988,28	-26.412.468,96
712+713-718	Prestação de serviços	124.258.141,92	106.420.075,28	17.838.066,64
72	Impostos e taxas	337.280.675,58	321.674.949,49	15.605.726,09
(a)	Varição da produção	-4.085.541,90	-20.752.172,32	16.666.630,42
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		
73	Proveitos suplementares	16.784.540,72	12.377.680,78	4.406.859,94
74	Transferências e subsídios obtidos	69.178.598,56	72.587.190,65	-3.408.592,09
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.873.706,01	4.652.164,10	-2.778.458,09
	(B)	559.860.355,62	537.552.517,34	22.307.838,28
78	Proveitos e ganhos financeiros	3.547.471,68	2.376.554,39	1.170.917,29
	(D)	563.407.827,30	539.929.071,73	23.478.755,57
79	Proveitos e ganhos extraordinários	502.743.519,29	203.125.971,88	299.617.547,41
	(F)	1.066.151.346,59	743.055.043,61	323.096.302,98

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)-(A)=	-24.571.172,92	-16.387.410,84	-8.183.762,08
Resultados Financeiros: (D)-(C-A)=	-21.146.472,23	-22.430.912,66	1.284.440,43
Resultados Correntes: (D)-(C)=	-45.717.645,15	-38.818.323,50	-6.899.321,65
Resultado antes impostos (F)-(E)=	424.522.269,83	131.757.829,81	292.764.440,02
Resultado Líquido do Exercício:	423.622.317,02	131.505.166,20	292.117.150,82

Órgão Executivo
Em ____ de _____ de ____

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Fluxos de Caixa Consolidados

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2012

(unidade: Euro)

	CML	EPUL	EMEL	EGEAC	GEBALIS	SRU	Total	Eliminação	Consolidado
Saldo da gerência anterior	36.012.533,63	2.269.421,72	6.129.349,60	104.299,25	1.127.346,29	2.920.900,31	48.563.850,80		48.563.850,80
Recebimentos	898.095.322,19	46.686.245,33	29.559.279,14	27.462.168,03	18.007.700,31	555.585,50	1.020.366.300,50	-37.473.323,12	982.892.977,38
Pagamentos	897.493.587,97	46.737.034,39	27.105.712,91	25.317.273,63	17.932.952,50	2.514.452,75	1.017.101.014,15	-37.473.323,12	979.627.691,03
Saldo para gerência seguinte	36.614.267,85	2.218.632,66	8.582.915,83	2.249.193,65	1.202.094,10	962.033,06	51.829.137,15		51.829.137,15
Fluxo líquido do ano	601.734,22	-50.789,06	2.453.566,23	2.144.894,40	74.747,81	-1.958.867,25	3.265.286,35		3.265.286,35

**NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS CONSOLIDADOS**

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

1. Informação às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

a) *Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:*

Unid: Euros

Empresa Local	Posição acionista do ML	Capital Social 2012	Capital Próprio 2012	Resultados Antes Impostos (RAI)	Capitais próprios Vs Capital Social art. 35º CSC	Equilíbrio contas Art. 40º RJAEPL
EGEAC	100%	448.918,11	5.272.328,01	666.725,61	Sem necessidade de reforço pela CML	Em equilíbrio, não há lugar a transferência pela CML
EMEL	100%	14.000.000,00	17.080.604,60	2.788.067,26	Sem necessidade de reforço pela CML	Em equilíbrio, não há lugar a transferência pela CML
EPUL	100%	19.000.000,00	11.098.120,85	-3.359.641,63	Sem necessidade de reforço pela CML	3.359.641,63
GEBALIS	100%	1.300.000,00	2.864.934,26	1.481.675,82	Sem necessidade de reforço pela CML	Em equilíbrio, não há lugar a transferência pela CML
SRU Ocidental	100%	2.000.000,00	6.082.824,77	4.740,83	Sem necessidade de reforço pela CML	Em equilíbrio, não há lugar a transferência pela CML

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

a) b) e c):

As empresas Municipais adotam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, deste modo, na sua aplicação, foram registadas as seguintes operações que o Município de Lisboa nem sempre pode harmonizar de forma valorativa, pese embora, ter sido possível garantir a referência à mesma data:

	EMPRESA					CORRIGIDO
	EGEAC	EPUL	EMEL	GEBALIS	SRU	S/N
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	x	x	x	x	x	N
Valorização das propriedades de investimento por forma de custeio diferentes do custo de aquisição		x				N
Calculo de provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	x	x	x	x	x	N
Calculo do imposto diferido	x	x	x	x	x	N
Alocação de Proveitos diferidos e capitais próprios	x	x	x	x	x	S

3 Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Os principais movimentos extra contabilísticos foram os seguintes (o sinal (+) representa correções a débito e o sinal (-) correções a crédito):

unidade : milhões de euros

	Município de Lisboa	Empresas Municipais
Eliminação Equilíbrio Patrimonial	7,9	36,8
	-52,6	
Eliminação de Saldos	35,9	55,3
	-55,5	-58,7
Eliminação de Transacções	5,2	55,0
	-40,3	-8,8

- b) O valor apurado de diferenças de consolidação foi de -12,4 milhões de euros com uma variação de -9,7 milhões de euros, relativamente ao ano transato. Uma vez que todas as empresas consideradas na consolidação são detidas a 100%, as diferenças de consolidação mais não representam do que operações executadas em anos anteriores à introdução da consolidação, com impacto em resultados transitados, reservas e eventualmente património. Para apuramento exato das contas a distribuir esta diferença, teriam que se refazer os movimentos de consolidação à data de constituição das empresas o que, para além de moroso, poderia eventualmente ser insuficiente, dado que a EPUL, por exemplo, foi constituída antes do Município de Lisboa adotar contabilidade patrimonial. Estas diferenças de consolidação encontram-se incluídas em resultados transitados;
- c) Ver ponto 2;
- d) Não aplicável;
- e) Não aplicável;
- f) Não aplicável;
- g) Tendo em conta que não é possível identificar a origem e o impacto nas contas consolidadas dos impostos diferidos das empresas, não se procedeu à eliminação dos mesmos, sendo apresentados em acréscimos e diferimentos.
- h) Não aplicável;
- i) Não aplicável.

4 Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:

Unid: Euros

Entidade	Posição acionista do ML	Resultados Antes Impostos (RAI)	Endividamento Líquido 2012	Empréstimos MLP 2012	Critérios art. 40º (1)	Contribuição Endiv. Líquido	Contribuição Endiv. MLP
EPUL	100%	-3.359.641,63	123.837.608,60	22.500.000,00	Endivid. Líquido e Empr MLP relevante	123.837.608,60	22.500.000,00
EMEL	100%	2.788.067,26	3.670.529,11	4.481.066,67	Em equilíbrio	0,00	0,00
GEBALIS	100%	1.481.675,82	-2.433.971,51	0,00	Em equilíbrio	0,00	0,00
EGEAC	100%	666.725,61	443.199,99	0,00	Em equilíbrio	0,00	0,00
SRU Ocidental	100%	4.740,83	-665.450,79	5.000.000,00	Em equilíbrio	0,00	0,00
Endividamento AEL (2)		1.581.567,89	127.951.338,00	31.981.066,67		123.837.609,00	22.500.000,00

Notas:

(1) RJAEPL - Art. 41º nº 1 - Os empréstimos contraídos pelas empresas locais, bem como o endividamento líquido das mesmas, relevam para os limites ao endividamento das entidades públicas participantes, em caso de incumprimento das regras previstas no artigo 40º.

(2) RJAEPL - Art. 41º nº 5 - Em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas (artigo 40º nº 1), a contribuição das empresas não pode originar uma diminuição do endividamento líquido total do município.

b) Não disponível.

5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Não disponível.

6 Informações relativas a políticas contabilísticas:

a) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, de acordo com a norma legal habilitante.

Unidade: Euro

	MUNICIPIO LISBOA	EGEAC	EPUL	TOTAL
RESPONSABILIDADES	22.185.076,20	3.129,40	935.477,50	23.123.683,10

7 Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões.

Rubricas	Município de Lisboa	EGEAC	EPUL	EMEL	GEBALIS	SRU
Imobilizado	Todo o activo imobilizado após o ano de 2000, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. As taxas anuais de amortização dos bens de imobilizado corpóreo são as definidas no CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.	Os activos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os activos fixos tangíveis e os bens em regime de locação financeira encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade. As propriedades de investimento encontram-se valorizadas ao valor de mercado.	Os activos fixos tangíveis, os intangíveis e as propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os activos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os activos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.
Existências	Apenas foram consideradas as existências dos armazéns do DRMM - Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, Imprensa Municipal e DAEP – Departamento de Ambiente e Espaço Público em sistema de inventário intermitente. Quanto aos DIEM - Departamento de Instalações Elétricas e Mecânicas e CCM – Central de Compras Municipal os valores referem-se aos apurados através do módulo informático de compras.	As existências são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado.	As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou de produção.	As existências são valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.		
Dívidas de terceiros	As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. São calculadas provisões para cobranças duvidosas, de acordo com os critérios do FOCAL.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros encontram-se reflectidas pelo seu valor líquido provável de realização.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.

8 Informações relativas a determinadas rubricas:

- a) *Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;*

Este ativo é constituído pelo custo de aquisição de licenças de software, estando a ser depreciados;

- b) *Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;*

Não disponível.

- c) *Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;*

Não disponível.

- d) *Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificam;*

Não disponível.

- e) *Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado;*

Não disponível.

- f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;*

Não disponível.

- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;*

Não disponível.

- h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;*

Não disponível.

- i) Diferença, quando levada ao ativo entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;*

Não aplicável.

- j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividade;*

Não disponível.

- k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 3.5.2.1 destas instruções e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;*

Não disponível.

- l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;*

Não disponível.

- m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;*

Unidade: Euro

Rubricas	EGEAC	EPUL	EMEL	GEBALIS	SRU
Remunerações dos órgãos sociais	71.742,30	138.577,00	106.470,93	132.949,88	60.109,79
Responsabilidades relativas a pensões de antigos membros do Conselho de Administração		12.760,00			

- n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de immobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;*

Não aplicável.

- o)** *Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;*
Apenas a EPUL procedeu à reavaliação das propriedades de investimento em 2010, através de uma declaração executada por uma entidade independente com qualificação profissional reconhecida.
- p)** *Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;*
Nada a salientar.
- q)** *Demonstração consolidada dos resultados financeiros;*
Não disponível nas Empresas municipais por força da aplicação do SNC.
- r)** *Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;*
Não disponível nas Empresas municipais por força da aplicação do SNC.
- s)** *Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;*
Não disponível.
- t)** *Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos;*
Não disponível.
- u)** *Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas;*
Não aplicável.



Câmara Municipal de Lisboa